



Prefeitura de Serra - ES
Agente de Combate a Endemias (ACE)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de texto.	1
Tipos textuais (texto narrativo, dissertativo, expositivo, descritivo e injuntivo).....	7
Gêneros textuais.	8
Coerência e coesão textual.	19
Linguagem Verbal e não verbal.....	21
Variação linguística.....	23
Discurso direto e indireto.....	24
Funções da Linguagem.....	28
Figuras da Linguagem.....	30
Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa).	34
Acentuação gráfica.....	36
Sinais de Pontuação.....	38
Classes de Palavras: Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos.....	42
Crase.....	54
Estrutura e Formação de Palavras.....	55
Significado de Palavras.....	58
Concordância nominal e verbal.....	59
Regência nominal e verbal.....	61
Análise sintática: frase, oração e período.....	63
Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos. Parônimos. Denotação e conotação.....	69
Redação Oficial.....	69
Exercícios.....	83
Gabarito.....	101

CONHECIMENTOS BÁSICOS EM SAÚDE PÚBLICA

Princípios de diretrizes do Sistema Único de Saúde.....	1
Fundamentos e Práticas em Atenção Primária à Saúde e Medicina de Família e Comunidade.....	2
- Políticas Públicas de Saúde: Bases Legais do Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (Lei Federal nº 8.080/90, 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990);	3

SUMÁRIO



Histórico; Atenção Primária a Saúde.....	23
Política Nacional de Atenção Básica (Portaria MS nº 2.488/11, de 21 de outubro de 2011 e seus anexos)	24
Normas Operacionais Básicas – NOB-SUS de 1996.....	53
Pacto pela vida em defesa do SUS e de gestão - Portaria MS nº 399/06	77
Norma Operacional de Assistência à Saúde/SUS – NOAS-SUS 01/02.....	112
Controle Social do SUS.....	133
Decreto Federal nº 7.508/2011, de 28 de junho de 2011 - Regulamenta a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.....	145
Portaria nº 1886/GM, de 18 de dezembro de 1997 Aprova as normas e diretrizes do programa de ACS e do programa de saúde da família	152
Portaria nº 1820 de 13 de agosto de 2009 Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS.	161
Portaria nº 2979 de 12 de novembro de 2019 Institui o programa Previne Brasil.....	167
Exercícios	174
Gabarito.....	178

RACIOCÍNIO LÓGICO

entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos.....	1
álgebra.....	22
geometria básica	44
princípios de contagem	53
probabilidade	56
Exercícios	58
Gabarito.....	67

ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei Orgânica do Município de Serra - ES.....	1
Lei Municipal 2360/2001, de 15 de janeiro de 2001.....	63
Lei Municipal 1824/1995, de 23 de maio de 1995.....	101
Lei Municipal 3823/2011, de 23 de dezembro de 2011	159
Decreto Municipal 3279/2018, de 23 de novembro de 2018.....	181

SUMÁRIO



INFORMÁTICA BÁSICA

Principais componentes de um computador; Conceitos básicos sobre hardware e software; Dispositivo de entrada e saída de dados.....	1
Noções de sistema operacional (Windows)	6
Internet: Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	27
Editor de texto (Microsoft Office): Formatação de Fonte e Parágrafo; Bordas e Sombreamento; Marcadores, Numeração e Tabulação; Cabeçalho, Rodapé e Número de Páginas; Manipulação de Imagens e Formas; Configuração de página; Tabelas.....	36
Planilha - Excel (Microsoft Office): Formatação da Planilha e de Células; criar cálculos utilizando as quatro operações; formatar dados através da Formatação Condicional; representar dados através de Gráficos. Configuração de Impressoras	45
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	53
Procedimentos de backup	56
Correio Eletrônico (e-mail).....	57
Exercícios	61
Gabarito.....	68

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: Naturais (N), Inteiros (Z), Racionais (Q), Reais (R): representação, ordenação, operações, problemas; Operações numéricas (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz)	1
Números fracionários: operações com números fracionários	15
Números decimais: operações com números decimais	20
Teoria dos números: pares / ímpares / múltiplos / divisores / primos / compostos / fatoração / divisibilidade / MMC / MDC	22
Equações do 1º e do 2º grau.....	30
Razão e proporção: propriedades das proporções e divisão proporcional	36
Regra de três simples.....	42
Porcentagem	43
Resolução de situações problemas.....	44
Tratamento da informação: gráficos e tabelas	50
Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares)....	57
Função quadrática; Função exponencial; Função logarítmica	59
Análise Combinatória Simples.....	64
Noções de estatísticas e probabilidade.....	68
Progressão aritmética e geométrica.....	72
Exercícios	75
Gabarito.....	82

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos do Sistema Único de Saúde (SUS); Organização e princípios do SUS: Base legal; Controle Social do SUS;	1
Vigilância no território: O que é e como o território vem sendo usado pela saúde pública, Como você delimita o seu território de atuação com trabalhador de saúde, A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância; Situação epidemiológica no município;	1
Conhecimentos Básicos: Raiva	2
Esquistossomose	5
Doença de Chagas	8
Dengue	12
Febre Amarela	17
Febre Maculosa	22
Chikungunya	25
Zika Vírus	26
Leptospirose,	29
Hantavirose,	35
Leishmaniose: Tegumentar e Visceral,	37
Esporotricose	42
Malária	43
Doenças contagiosas: agente etiológico, reservatório, hospedeiro, de modo de transmissão, sintomas e medidas de controle, notificação de caso e prevenção	52
Coronavírus: noções sobre a COVID 19	52
Dengue, biologia dos vetores, operações de campo, reconhecimento geográfico, tratamento focal, tratamento perifocal, bloqueio, equipamentos de proteção individual, formas de controle, Programa Nacional de Controle da Dengue	54
Febre Chikungunya e Zika Vírus: o que é, significado do nome, área de circulação, situação nas Américas, transmissão, notificação de caso e prevenção;	55
Raiva: noções sobre a doença, vacinação antirrábica animal,	55
controle de morcegos em áreas urbanas	56
Roedores: controle de roedores em áreas urbanas;	56
Animais Peçonhentos: ofídios, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros	56
Animais Peçonhentos: ofídios, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros	56
Lei Federal nº 11.350/2006, de 05 de outubro de 2006 e alterações	64
Lei Municipal nº 5.879, de 17 de novembro de 2023	74
Exercícios	80
Gabarito	84

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Conhecimentos Básicos em Saúde Pública

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.



VISÃO SISTEMICA

- Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações;
- Visa avaliar a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios;
- Visa também avaliar se o candidato identifica as regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual e o elemento de uma dada posição;
- Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Pode-se afirmar que só para analisar o edital, tem-se um primeiro “susto”, o candidato não entende o que vai cair. Alguns perguntam se tem matéria para estudar, outros qual é a matéria. Observe que vai cair na prova conhecimentos do candidato se o mesmo entende a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios.

Entende-se por estruturas lógicas as que são formadas pela presença de proposições ou sentenças lógicas (são aquelas frases que apresentam sentido completo, como por exemplo: Homero é culpado).

Observe que a estrutura lógica vai ligar relações arbitrárias e, neste caso, nada deverá ser levado para a prova a não ser os conhecimentos de Lógica propriamente dito, os candidatos muitas vezes caem em erros como:

Se Ana foi à praia então Paulo foi pescar, ora eu sou muito amigo de uma Ana e de um Paulo e ambos de-
testam ir à praia ou mesmo pescar, auto induzindo respostas absurdas.

Dessa forma, as relações são arbitrárias, ou seja, não importa se você conhece Ana, Homero ou Paulo. Não importa o seu conhecimento sobre as proposições que formam a frase, na realidade pouco importam se as proposições são verdadeiras ou falsas.

Queremos dizer que o seu conhecimento sobre a frase deverá ser arbitrário, vamos ver através de outro exemplo:

Todo cavalo é um animal azul

Todo animal azul é árvore

Logo Todo cavalo é árvore

Observe que podemos dizer que se tem acima um argumento lógico, formado por três proposições cate-
góricas (estas têm a presença das palavras Todo, Algum e Nenhum), as duas primeiras serão denominadas
premissas e a terceira é a conclusão.

Observe que as três proposições são totalmente falsas, mas é possível comprovar que a conclusão é uma
consequência lógica das premissas, ou seja, que se considerar as premissas como verdadeiras, a conclusão
será, por consequência, verdadeira, e este argumento será considerado válido logicamente.

A arbitrariedade é tanta que na hora da prova pode ser interessante substituir as proposições por letras,
veja:

Todo A é B

Todo B é C

Logo Todo A é C



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

Nós Vereadores do Município de Serra, Estado do Espírito Santo, eleitos representantes dos municípios serranos, cumprindo o disposto no Artigo 29 da Constituição Federal vigente, reunidos com os Poderes Constitucionais Municipais, sob a proteção de Deus, delineamos os princípios pelos quais o Município reger-se-á, com a autonomia política, financeira e administrativa, harmonizados os direitos humanos, políticos e sociais com a Natureza e com as peculiaridades locais, Promulgamos a seguinte LEI.

TÍTULO I

DO MUNICÍPIO DE SERRA E SEU TERRITÓRIO

Art. 1º O Município da Serra, fundada em 08 de dezembro de 1556, é unidade do Estado do Espírito Santo com autonomia assegurada pelas Constituições Federal e Estadual, será regido pelo estabelecido na presente Lei Orgânica.

Art. 2º O território do Município tem suas confrontações: ao norte com o Município de Fundão; ao Sul com os Municípios de Vitória e Cariacica; e ao oeste com o Município de Santa Leopoldina e ao Leste com o Oceano Atlântico.

Art. 3º Na Toponímia a ser utilizada no Município da Serra é vedada a designação de datas e nomes de pessoas vivas. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 28/2015)

§1º Deve-se evitar na designação de nome pessoa que não foi morador do município. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 28/2015)

§2º Em se tratando de designação de nome de pessoa que não foi morador, deve-se comprovar os serviços prestados a municipalidade. (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 28/2015)

§3º Aplica-se este artigo nos nomes a serem dados a qualquer logradouro público, destacando-se, entre outros, distritos, bairros, praças, ruas, prédios públicos e parques. (Renumerado pela Emenda à Lei Orgânica nº 28/2015)

Art. 4º Ficam mantidas as denominações existentes anteriormente à data de entrada em vigor desta Emenda, mesmo em desacordo com a norma do artigo 3º. (Artigo alterado pela Emenda nº 18 de 14 de julho de 2010.)

Parágrafo Único. Parágrafo revogado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010.

Art. 5º Artigo revogado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010.

Parágrafo Único. Parágrafo revogado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010.

Art. 6º Artigo revogado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Art. 7º O Município assegurará os direitos e as garantias individuais e coletivos garantidos pelas Constituições Federal e Estadual e pela presente LEI ORGÂNICA. (Caput alterado pela Emenda nº 18 de 14 de julho de 2010)

Parágrafo Único. O Município da Serra estabelecerá, por lei, sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a quem incorrer em qualquer tipo de discriminação, independente das sanções criminais previstas em lei.



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.²

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU.³

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-periféricos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

² <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>

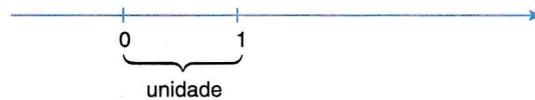
³ <https://www.showmetech.com.br/porque-o-processador-e-uma-peca-importante>



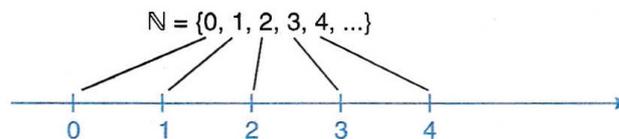
NÚMEROS NATURAIS

O conjunto dos números naturais¹ é representado pela letra maiúscula **N** e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, iremos considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que estes números.

Na sequência consideraremos que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto como: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) indicam que este conjunto não tem fim. **N** é um conjunto com infinitos números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em **N**:

1 – Números Naturais não nulos

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; N^* = N - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}; \text{ com } n \in N$$

3 - Números Naturais ímpares

$$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots, 2n+1, \dots\} \text{ com } n \in N$$

4 - Números primos

$$P = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, \dots\}$$

Construção dos Números Naturais

Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

- O sucessor de m é $m+1$.
- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 3 é 4.

Se um número natural é sucessor de outro, então os dois números juntos são chamados números consecutivos.

¹ IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único

IEZZI, Gelson - Fundamentos da Matemática – Volume 01 – Conjuntos e Funções



Conhecimentos Específicos

A vigilância no território refere-se ao monitoramento e controle de eventos de saúde pública em uma determinada área geográfica. Isso envolve a coleta, análise e interpretação de dados relacionados à saúde da população em uma localidade específica. Aqui estão alguns pontos relevantes sobre a vigilância no território:

Definição de Território de Atuação:

O território de atuação da vigilância em saúde pode variar, dependendo da escala e das necessidades específicas. Pode abranger desde uma área local, como um bairro, até uma região mais ampla, como um município, estado ou país.

Delimitação do Território de Atuação:

A delimitação do território de atuação é geralmente feita considerando critérios epidemiológicos, demográficos e geográficos. Limites administrativos, características populacionais e padrões de doenças são fatores importantes na definição do território.

Territorialização como Instrumento Básico:

A territorialização é um processo fundamental que envolve a identificação e análise das características e necessidades de saúde de uma determinada população em um território específico. Isso inclui mapear recursos, identificar grupos vulneráveis e entender as dinâmicas sociais e ambientais.

Atuação dos Trabalhadores de Saúde no Território:

Profissionais de saúde atuam no território através de ações como visitas domiciliares, campanhas de vacinação, educação em saúde e monitoramento de casos. A integração com a comunidade é crucial para compreender as peculiaridades locais e promover a participação ativa da população nas ações de saúde.

Situação Epidemiológica no Município:

Avaliar a situação epidemiológica em um município envolve analisar dados sobre a incidência de doenças, padrões de morbidade e mortalidade, fatores de risco e medidas de prevenção. A análise contínua desses indicadores ajuda na identificação de surtos, na implementação de intervenções e no planejamento de políticas de saúde.

Monitoramento Contínuo:

A vigilância no território requer um monitoramento contínuo das condições de saúde. Isso envolve a coleta sistemática de dados, a análise regular de tendências e a adaptação de estratégias conforme necessário para enfrentar desafios emergentes.

A eficácia da vigilância no território depende da integração de múltiplos setores, da colaboração com a comunidade e da utilização de tecnologias e métodos de análise de dados avançados para orientar as ações de saúde pública.